

Editorial: O Brasil é terra indígena

Editorial: Brazil is an indigenous land

Editorial: Brasil es una tierra indígena

Dalila Varela Singulane¹

Hygor Mesquita de Faria²

Carolina Saporetti³

Ao olhar para a realidade latino-americana do tempo presente, pode-se perceber algumas urgências que emanam de processos de violência que se edificaram através da relação entre poder e colonialidade, que ecoaram durante as últimas décadas e se intensificaram na atualidade. Analisar questões que tocam diretamente ou indiretamente em assuntos relacionados aos povos originários nos espaços da academia requer uma série de

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra (2021) em História pela UFJF. Bacharelada em História (2018) pela UFJF com habilitação em Patrimônio Cultural. Vinculada ao Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA-UFJF). Compõe o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares – NERP

(UNIFESP) e Núcleo de Pesquisa Antirracismo (Faculdade de Direito-UFRGS). Membro do LAPA (Laboratório de Patrimônios Culturais) da Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do grupo de pesquisa CNPq - Patrimônio e Relações Internacionais. Conselheira suplente Conselho Municipal de Cultura na Prefeitura de Juiz de Fora (MG). Integrante do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá (MG). Editora-chefe da revista acadêmica “FACES DE CLIO” e gerente editorial da “Locus: revista de História”, ambas vinculadas ao PPGH-UFJF. Pesquisas e trabalhos na área de Patrimônio Cultural, Racismo e Políticas Públicas de preservação. E-mail: dalilavarela.s@gmail.com.

² Graduado em História pela UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais), mestre em História pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Atualmente é doutorando em História pela UFJF. Desenvolve pesquisas sobre a violação dos direitos humanos dos povos indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil e a questão indígena na justiça de transição latino-americana. Pesquisador associado ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História e Memória da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF. Atuou como pesquisador no projeto Responsabilidade de empresas por violações de Direitos durante a ditadura, fomentado e coordenado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp). É colunista no projeto História da Ditadura e possui interesse nas discussões que envolvem o pensamento decolonial e relação do poder estatal com os povos indígenas. E-mail: hygorfaria@gmail.com.

³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestra em História pela UFJF (2017). Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História com ênfase em patrimônio histórico pela mesma instituição. Membro do LAPA (Laboratório de Patrimônios Culturais) da Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do grupo de pesquisa CNPq - Patrimônio e Relações Internacionais. Atualmente exerce a função de curadora no Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM-UFJF). Áreas de interesse: patrimônio, memória, IPHAN, políticas de preservação do patrimônio, relações internacionais. E-mail: carolina.saporetti@estudante.ufjf.br.

considerações, principalmente porque a escrita como conhecemos através da cultura ocidental foi utilizada para construção de um imaginário que contribuiu significativamente para a desumanização, marginalização e violência contra esses povos durante a construção do Estado nação no Brasil. A historiografia a partir da década de 1970, especificamente através da Nova História Indígena, contribui significativamente para que outro olhar na produção da história em relação aos povos originários fosse possível.

A organização deste dossiê surge da necessidade do aprofundamento no ambiente acadêmico dos temas que tangem às populações originárias, rumando para além das visões eurocentradas de pureza, inocência e apagamento desses indivíduos e grupos, que estão presentes no continente americano desde a invasão branca no século XVI. É certo que o retrocesso vivido no país desde a ascensão do bolsonarismo a presidência da república intensificou a violência colonial contra esses grupos, uma vez que, além de sua visão conservadora e reacionária, a extrema direita brasileira é amplamente apoiada por latifundiários que visam a exploração ilegal e devastadora dos territórios demarcados. Assim, vimos escolas sendo incendiadas, aldeias inteiras sumindo, falta de remédios para tratamentos básicos e os assassinatos brutais de crianças, líderes e ativistas indígenas, entre tantos outros crimes promovidos pelo governo fascista de Jair Messias Bolsonaro e seus apoiadores.

A eleição para presidente de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), renova nossas esperanças para o reestabelecimento do respeito aos direitos mais básicos da população brasileira, como ter o que comer e onde morar. Com o compromisso de criação do Ministério dos Povos Indígenas, Lula e sua equipe reúnem forças para promover, mais uma vez, a democracia no Brasil. Além disso, a eleição de Célia Xakriabá como deputada federal (PSOL) aponta para uma mudança de mentalidade das/os eleitores, que agora buscam e compreendem melhor a importância desse tipo de representatividade no Congresso Nacional.

Pesquisar, debater e difundir o conhecimento produzido pelas e sobre as populações originárias é fundamental para a construção de um país efetivamente antirracista.

Boa leitura a todas, todes e todos!